

Teoria geral dos recursos

@beatriznamiestudies

↳ os recursos são os remédios processuais de que se podem valer as partes, o MP e eventuais terceiros prejudicados p/ submeter uma decisão judicial à nova apreciação, em regra por um órgão diferente daquele que a proferiu, e que tem por finalidade modificar, invalidar, esclarecer ou complementar a decisão.

► **juízo de admissibilidade**: É a análise realizada antes de adentrar no mérito, da regularidade dos requisitos de admissibilidade do recurso, que tratam de matéria de ordem pública e, por isso, devem ser examinadas de ofício.

↳ requisitos de admissibilidade intrínsecos: são condições p/ que se possa analisar o mérito dos recursos. Os requisitos são: cabimento e legitimidade recursal.

↳ os advogados não possuem legitimidade p/ recorrer em nome próprio. Salvo, naquilo que tange aos seus honorários advocatícios.

Além dos requisitos intrínsecos mencionados, também temos: interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extinto do poder de recorrer.

↳ requisitos de admissibilidade extrínsecos: tempestividade, preparo e regularidade formal.

importante → **TODOS** os recursos previstos no CPC devem ser impostos no prazo de 15 dias, salvo os embargos de declaração, que devem fazê-lo no prazo de 5 dias, sendo a sua oposição motivo suficiente de interrupção do prazo p/ a interposição de outros recursos.

► **juízo de mérito**: após a separação do juízo de admissibilidade, passa-se a analisar a respeito do acolhimento ou não do pedido do recorrente, ou melhor, se deve ser dado o negado provimento ao recurso interposto.

↳ analisar se o recorrente tem ou não razão em sua reclamação

Justamente por ser o julgamento do mérito recursal voltado aos fundamentos recursais, é preciso enfrentar quais os possíveis vícios que o recorrente poderá alegar em seu recurso.

* há vícios formais e vícios de conteúdo

• **efeitos dos recursos**: os efeitos dos recursos estão ligados às consequências que o processo sofre com a interposição de recursos.

↳ São matérias de ordem pública, não sujeitas ao fenômeno da preclusão.

@beatriznamiestudies

↳ **Principais efeitos**: devolutivo, suspensivo, translativo, expansivo e regressivo.

- **efeito devolutivo**: determina que o recurso devolva ao conhecimento do órgão ad quem a matéria impugnada, objeto de decisão no juízo a quo.

* TODOS OS recursos são dotados de efeito devolutivo.

↳ **extensão do efeito devolutivo**: o recurso devolve ao tribunal apenas aquilo que foi impugnado.

↳ **profundidade do efeito devolutivo**: é a determinação do que serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.

- **efeito suspensivo**: obsta a produção dos efeitos da sentença, até que o recurso seja examinado. Em regra é a Apelação.

importante Em regra, os recursos não tem efeito suspensivo, salvo disposição legal ou judicial em contrário.

↳ São requisitos: risco de dano grave ou de difícil reparação e a probabilidade de provimento do recurso.

- **efeito translativo**: possibilidade do órgão ad quem examinar as questões de ordem pública, mesmo no caso em que não forem objeto do recurso.

↳ TODOS OS recursos ordinários são de efeito translativo.

- **efeito expansivo**: corresponde à aptidão que alguns recursos possuem de terem sua eficácia ampliada, além dos limites objetivos e subjetivos previamente estabelecidos.

- **efeito regressivo**: possibilidade dada a cada órgão de se retratar.

↳ está presente em todas as espécies de agravo.

• **Recurso adesivo**:

- **sucumbência recíproca**, de forma que ambas as partes tenham interesse recursal, podendo tal sucumbência recíproca derivar do julgamento de diferentes

ações numa mesma sentença, como ocorre com a ação "principal" e a reconvenção; e

- **interposição de recurso** na forma principal por somente uma das partes, porque o recurso adesivo é destinado pl aquele que não pretendia recorrer, o que resta demonstrado por meio da não interposição do recurso na forma principal.

- ↳ será cabível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial
- ↳ o **julgamento do recurso adesivo** está condicionado ao conhecimento do recurso principal, ou seja, ao julgamento do mérito desse recurso.
- ↳ o **recorrente principal** poderá desistir do recurso a qualquer tempo e a desistência do recurso não impede a análise de recurso que tenha repercussão geral conhecida ou daquele objeto de recurso extraordinário ou especial repetitivos.

• **tempestividade**: com exceção dos embargos de declaração, que serão interpostos no prazo de 5 dias, todos os outros recursos serão interpostos no prazo de 15 dias.

@beatriznamiestudies

importante → a contagem dos prazos é somente dias úteis

- ↳ em relação aos feriados, compete ao recorrente comprovar a ocorrência de feriado local, no ato de interposição do recurso.
- ↳ **prazo pl interposição do recurso**: conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou MP são intimados da decisão.
- ↳ **intimação eletrônica**: prazo se inicia no 1º dia útil subsequente à publicação
- ↳ Se a decisão recorrida tenha sido proferida em audiência, todos os sujeitos, consideram-se intimados.

• **preparo**: **custo financeiro** da interposição do recurso.

A parte deverá **comprovar o recolhimento do preparo** no momento da interposição do recurso. Será dispensável o recolhimento de remessa e retorno dos autos de processo eletrônico.

☞ também são isentos de preparo os embargos de declaração e o agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.

☞ quando não comprovar o recolhimento do preparo, será intimado p/ pagá-lo @beatriznamiestudies

☞ quando for recolhida insuficientemente, a parte será intimada p/ completar o preparo, no prazo de 05 dias.